

O Nheengatu entre a vida e a morte: a tradução literária como possível instrumento de sua revitalização lexical/ *The Nheengatu between life and death: the literary translation as a possible instrument of its lexical revitalization*

Eduardo de Almeida Navarro*
Marcel Twardowsky Ávila*
Rodrigo Godinho Trevisan*

RESUMO

O nheengatu, desenvolvimento histórico da língua geral amazônica colonial, é ainda falado por cerca de 6000 pessoas na Amazônia, tendo grande importância histórica por ter sido a língua mais usada naquela região da América do Sul, tanto no Brasil como na Colômbia e na Venezuela. Com o Ciclo da Borracha, entre as décadas de 1870 e 1910, o nheengatu cedeu sua primazia ao português, dadas as migrações de nordestinos que buscavam trabalho nos seringais da região. Na época em que entrava em decadência, a língua foi dotada de gramática, dicionário e literatura, o que constitui um rico repositório de informações linguísticas para atuais tentativas de sua revitalização. Uma dessas tentativas tem sido a tradução literária, levada a cabo por pós-graduandos do Programa de Estudos da Tradução da Universidade de São Paulo. Tal iniciativa pode ajudar a revitalizar o léxico do nheengatu, impedindo o uso excessivo de vocábulos portugueses, fator de enfraquecimento daquela língua amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Nheengatu; Revitalização; Tradução

ABSTRACT:

Nheengatu historically developed from Amazonian Língua Geral and is still spoken in Amazonia by about 6000 people, and has a great historical relevance for having been the most employed language in that South American region, not only in Brazil, but also in Colombia and Venezuela. During the Rubber Cycle, between 1870 and 1910, Nheengatu was surpassed by Portuguese because of migration of workers coming from Northeastern Brazil, in search for employment in rubber plantations of that region. As it became increasingly endangered, Nheengatu was given a grammar, a dictionary and a literature, which represents an important source of linguistic information for present initiatives towards its revitalization. Some of them are literary translations by postgraduates in Translation Studies Program in São Paulo University. Such attempts may help to revitalize Nheengatu lexicon, avoiding overuse of Portuguese words, a factor of weakening of that Amazonian language.

KEY-WORDS: Nheengatu ; Revitalization ; Translation.

* Eduardo de Almeida Navarro é professor titular da Área de Línguas Indígenas do Brasil do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH da Universidade de São Paulo. Correio eletrônico: eduardonavarro@usp.br

* Marcel Twardowsky Ávila é doutorando do Programa de Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da FFLCH da Universidade de São Paulo. Correio eletrônico: mistertwardowsky@hotmail.com

* Rodrigo Godinho Trevisan é mestre em Letras pelo Programa de Estudos da Tradução do Departamento de Letras Modernas da FFLCH da Universidade de São Paulo. Correio eletrônico: rodrigogtrevisan@gmail.com

1 Introdução

De todas as línguas minoritárias surgidas no Brasil e ainda faladas, o nheengatu é a de maior importância histórica. Ele é um desenvolvimento da língua geral amazônica colonial, instrumento de comunicação que permitiu a conquista e povoamento da maior região do Brasil.

Originada do tupi antigo falado pelos tupinambás do Maranhão, grupo indígena que, saído da costa leste do país, fugindo dos colonizadores portugueses, internara-se nos sertões e chegara à costa norte durante o século XVI, a língua geral amazônica foi surgindo lentamente nos aldeamentos missionários que promoviam os descimentos de etnias indígenas diferenciadas para as margens do rio Amazonas.

O contato dos portugueses com os tupinambás da costa norte foi consequência das lutas contra o invasor francês que, em 1612, invadiu o Maranhão. Com a expulsão dos franceses pelos luso-brasileiros, comandados por Jerônimo de Albuquerque, a costa setentrional integrou-se ao Estado do Brasil, cujo posto avançado ao norte era, até o final do século XVI, o Forte dos Reis Magos, em Natal.

Com a fundação de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, por Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616, abria-se um novo capítulo na história do Brasil: a conquista da Amazônia. Além do eixo de expansão no sentido norte-sul, na Nova Lusitânia, garantido pelos próprios termos do Tratado de Tordesilhas, de 1494, haveria, a partir de então, outro eixo, dessa feita no sentido leste-oeste. A expansão adentraria tanto em direção ao poente, que o Brasil ficaria quase tão extenso da costa para o oeste quanto o seria no sentido norte-sul.

Se no eixo norte-sul a colonização se beneficiou da existência de uma língua indígena usada em todo o litoral, a língua brasílica (ou o Tupi Antigo), no eixo leste-oeste não havia condição similar. Eram tantas as línguas faladas às margens do Rio Amazonas, que se conferiu a ele o título de *Rio Babel*, segundo o jesuíta Antônio Vieira, em seu *Sermão do Espírito Santo*:

(São)...gentes de tantas, tão diversas, & tão incógnitas línguas, que só uma cousa se sabe delas, que é não terem número [...]. Pela muita variedade das línguas houve quem chamou ao rio das Amazonas rio Babel; mas vem-lhe tão curto o nome de Babel, como o de rio. Vem-lhe curto o nome de rio;

porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o mar Mediterrâneo no comprimento, & boca [...] E vem-lhe curto também o nome de Babel, porque na Torre de Babel, como diz S. Jerônimo, houve somente setenta & duas línguas, & as que se falam no rio das Amazonas são tantas, e tão diversas, que se lhe não sabe o nome, nem o número. As conhecidas até o ano de 639, no descobrimento do rio de Quito, eram cento & cinquenta. Depois se descobriram mais, & a menor parte do rio, de seus imensos braços, & das nações, que os habitam, é o que está descoberto. (VIEIRA, 1951, p. 9).

Assim, o surgimento de uma língua geral foi condição *sine qua non* para o avanço luso-brasileiro pelas terras do oeste, que, pelo Tratado de Tordesilhas, faziam parte do império espanhol. Falada nos aldeamentos e nas tropas de resgate, nas vilas e fazendas, por índios missionados, por brancos e negros, tal língua foi avançando e adentrando os grandes afluentes do Rio das Amazonas, até ser falada fora dos domínios do rei de Portugal, em territórios que, pelos tratados de limites do século XVIII, situavam-se no império espanhol. Assim, apesar da fraca densidade demográfica da região, a língua geral amazônica logrou uma expansão territorial comparável à de línguas faladas por milhões de pessoas no mundo, como o mandarim, o russo e o árabe.

Já se tornava perceptível a existência dessa língua desde o final do século XVII. Com efeito, o jesuíta luxemburguês João Filipe Bettendorff escreveu naqueles anos um catecismo cujo título explicitava sua existência: *Doutrina christãa em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, [...] traduzida em lingoa geral e irregular, e vulgar uzada nestes tempos* (Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms.1089)

A língua geral amazônica integrou-se num projeto colonizador, político e econômico durante quase dois séculos. Enquanto isso acontecia, sua vitalidade era absoluta e foi mais falada que a língua portuguesa na Amazônia. Resta perguntar: por que o português não se impôs de imediato? Embora a língua seja “a companheira do Império” (Nebrija, 1492), há que se lembrar de que a Igreja estava consorciada ao império português no projeto colonizador, situação essa conhecida pelo nome de *Padroado*. Se, para o império a imposição da sua língua é fator de poder, para a Igreja isso podia ser até um obstáculo para a expansão da fé. Isso porque pregar a mensagem cristã na língua do nativo aumentava a eficácia do trabalho apostólico. Com efeito, enquanto a população da região era composta majoritariamente por índios e mamelucos, era mais fácil àqueles falar língua geral que português.

2 Reveses e ocaso

Após esse período de constante crescimento, uma série de fatores fez a língua geral amazônica enfraquecer-se pouco a pouco, entrando em rápido declínio no século XIX e perdendo de vez, na passagem para o século XX, a sua hegemonia para o português na região amazônica.

Já na primeira metade do século XVIII começaram a surgir as primeiras proibições a seu uso, no momento em que afloravam as divergências entre os missionários e a administração colonial sobre os critérios utilizados na repartição dos índios (FREIRE, 2011, p. 122). Como esses missionários dominavam a língua geral, o que não se observava entre os membros da Coroa portuguesa, eles obtinham vantagens em relação ao controle da mão de obra indígena concentrada nas aldeias de repartição (FREIRE, 2011, p. 123). O fortalecimento político e econômico da Companhia de Jesus, devido, em grande parte, ao domínio linguístico que tinha da língua mais falada na colônia, contrariava muito os interesses da Coroa portuguesa. Assim, as línguas gerais passaram, então, a ser consideradas por Portugal como uma ameaça ao controle da colônia e um grande óbice ao desenvolvimento da língua portuguesa, a língua da metrópole, que após dois séculos e meio de colonização ainda não era corrente na maior parte do Brasil, sobretudo na região do Grão-Pará.

No entanto, essas primeiras medidas restritivas não surtiram efeitos imediatos e a língua geral amazônica continuou a se expandir. Nesse período, a medida mais taxativa foi a implementação do *Diretório dos índios*, do marquês de Pombal. Esse projeto visava a minar as forças da Companhia de Jesus para promover a secularização da administração colonial. Assim, preparava a expulsão dos missionários jesuítas, que tinham perdido o controle administrativo dos aldeamentos, e passava estes aos cuidados de leigos – colonos, civis e militares –, que ganhavam o título de “diretores dos índios”. Com isso, o uso da língua geral foi proibido, mediante a justificativa da uniformização cultural na colônia, que passava, então, a ter como oficial a língua portuguesa.

Com o intuito de rapidamente lusitanizar a Amazônia, medidas como o incentivo à imigração portuguesa foram tomadas pelo Marquês de Pombal. Ademais, com o apoio aos casamentos mistos e com a educação escolar em língua portuguesa, a língua oficial deveria fortalecer-se na região. No entanto, nenhum projeto conseguiria frear de forma abrupta o uso

de uma língua já consolidada e predominante em uma vasta região e, assim, “o projeto fracassou, registrando-se apenas o início da penetração lenta da língua portuguesa na parte oriental, [...] enquanto na Amazônia ocidental [...] a língua geral permaneceria por mais um século, ainda, como língua franca” (FREIRE, 2011, p. 127-130).

Entretanto, na primeira metade do século XIX, a predominância da língua geral na Amazônia sofria um sério revés. Nesse período deu-se o duro contra-ataque das tropas imperiais à Cabanagem, revolta popular iniciada no Pará durante o período regencial (1831-1840). Durante esses conturbados anos de instabilidade política, outros movimentos populares também surgiram contra o governo regencial, entre os quais destacam-se a Sabinada, na Bahia, entre 1837 e 1838, e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845. A perseguição aos cabanos durou cinco anos (1835-1840) e, como resultado disso, um quarto dos habitantes da província insurgente foi dizimado. Com isso, a língua geral perdia milhares de falantes, pois grande parte dos cabanos eram tapuios, muitos deles monolíngues.

Outro forte golpe sofrido pela língua geral amazônica ocorreu durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). A província do Amazonas, proporcionalmente às outras províncias do Império, foi a que mais enviou homens para esse conflito. O recrutamento dos índios se deu de modo extremamente violento, já que a maior parte deles foi obrigada a combater em terras paraguaias. Isso levou à morte de quase todos os falantes de língua geral amazônica que para lá foram enviados na condição de “voluntários” da Pátria.

Houve, ademais, desde meados do século XVIII, como já se mencionou, políticas que incentivaram a ocupação da região amazônica por falantes de língua portuguesa. Contudo, isso se tornou mais consistente com a crescente urbanização, com o aumento das escolas primárias na província do Amazonas – ambiente em que somente a língua portuguesa era ensinada e o uso da língua geral amazônica era proibido – e com a mudança do tipo de transporte.

Em Belém e Manaus, às vésperas da independência do Brasil (1822) e da adesão do Estado do Grão-Pará ao Estado do Brasil (1823), prevalecia o bilinguismo em língua geral amazônica e Português, o que se manteve até o terceiro quartel do século XIX. A cada uma dessas línguas, determinados usos e espaços estavam reservados: “algumas práticas estavam reservadas para a língua indígena – por exemplo, as mais informais e domésticas –, e as mais formais, geralmente relacionadas à escolaridade e à administração, para a língua oficial” (FREIRE, 2011, p. 206). Contudo, à medida que essas cidades foram crescendo, diminuía o

número de falantes de língua geral amazônica, que progressivamente deixavam de usá-la em decorrência do emprego cada vez mais frequente da língua portuguesa.

O projeto de escola imposto na região amazônica contribuiu para esse cenário. Segundo Francisco Bernardino de Souza (*apud* FREIRE, 2011, p. 203), “cada ano aumentava o número de escolas primárias públicas na província do Amazonas: elas eram 36 em 1873; passaram a 49 em 1876 e atingiram 109 em 1886, todas elas banindo do currículo qualquer referência à língua geral”.

2.1 O impacto da modernidade

A modernidade tornaria a língua geral amazônica obsoleta. O acontecimento máximo que o provocou foi a inserção da Amazônia no grande circuito produtivo capitalista moderno, no século XIX. Dada sua biodiversidade enorme, a região era a única do mundo onde existia a fonte produtora da borracha, uma árvore de grande dimensão, cujo nome científico é *Hevea brasiliensis*. Não que antes não houvesse produtos florestais explorados e exportados, como as *drogas do sertão* (canela, salsaparrilha, tanino) e o cacau. No entanto, sua extração ou plantio fez-se com mão de obra escrava, principalmente a indígena, não provocando nenhuma revolução no modo de produção, como a extração do látex das seringueiras faria. Com efeito, o capital estrangeiro tinha grande envolvimento com tal atividade econômica, que interessava à segunda fase da Revolução Industrial. Já em 1837, Charles Goodyear descobrira nos Estados Unidos a vulcanização da borracha, o que conferia a esta mais durabilidade e resistência, tornando-a matéria-prima fundamental para o mundo contemporâneo. Utilizada inicialmente em instrumentos cirúrgicos, a árvore de látex passou a ser conhecida como *seringueira*, por se fabricarem seringas com ela. O advento do automóvel no final do século XIX fez a Amazônia conhecer um surto de desenvolvimento econômico impressionante. Tal fato não se coadunava mais com o emprego de uma língua de base indígena como suporte de toda essa dinâmica econômica, mormente porque ela não possuía suporte escrito, fato que não condizia com as necessidades nos novos tempos.

Assim, impulsionada pela exploração da borracha, a Amazônia viveu nessa época seu período de maior pujança econômica. Os interesses comerciais da nação estavam voltados para aquela região, que atraía para o seu território muitos trabalhadores interessados em melhorar suas condições de sobrevivência. Com tudo isso, na esteira do crescimento

econômico, desenvolveu-se enormemente o transporte fluvial, o que promoveria alteração drástica na dinâmica das relações sociais na Amazônia. A substituição das embarcações a remo pelos barcos a vapor facilitou o acesso de migrantes e imigrantes falantes de português a diversas regiões amazônicas, ao reduzir significativamente a duração das viagens.

Toda a navegação no Rio Amazonas, até meados do século XIX, era feita por meio de barcos a remo, o que dificultava enormemente os deslocamentos, sobretudo quando se tinha de remar contra a corrente, em direção a regiões do alto Amazonas. As viagens duravam meses e isso favorecia o isolamento e dificultava os contatos com os centros urbanos onde se falava o português. A mudança do sistema tradicional de navegação, com as embarcações a vapor, metonimicamente chamadas de “vapores”, favoreceu a inserção da língua portuguesa em ambientes em que a língua geral amazônica desempenhava diversas funções sociais, alterando, conseqüentemente, a economia e a cultura da região. Segundo um relato do naturalista inglês Henry Walter Bates (*apud* FREIRE, 2011, p. 246), com a inauguração de uma linha de vapores em 1853, a mesma viagem que antes chegava a durar até cinco meses era feita agora em qualquer época do ano em apenas oito dias. O número de “vapores” de comércio aumentava à medida que Belém e Manaus passavam a se integrar cada vez mais ao restante do país, devido principalmente à demanda da borracha no mercado internacional:

O número de vapores de comércio no rio Amazonas, que em 1851 era de apenas três, subiu para 12 em 1860, e em 1888 já era superior a cem, de todos os tamanhos. Havia ainda grandes vapores da linha brasileira, que faziam quatro viagens mensais ao Rio de Janeiro, e duas linhas inglesas que ligavam Manaus com a Europa e os Estados Unidos, três vezes por mês, cada uma delas. (MARAJO *apud* FREIRE, 2011, p. 203-204).

Foi assim que os vapores trouxeram, entre 1872 e 1910, cerca de 500 mil nordestinos, todos falantes, exclusivamente, da língua portuguesa. A grande leva de nordestinos que se destinava à região amazônica fugia da forte seca que assolava o sertão e flagelava seus habitantes.

Tal fluxo migratório levaria a língua portuguesa a suplantar o nheengatu, nome com o qual a língua geral amazônica passou a ser conhecida em meados do século XIX. Em 1877, o português finalmente superava-o em número de falantes. O nheengatu deixava rapidamente de ser usado em Belém, em São Luís, nas vilas e cidades situadas às margens do Rio Amazonas. A decadência da língua era patente.

3 O início de uma reação

Assim, na segunda metade do século XIX e no começo do século XX, após o início desse processo de declínio, um crescente interesse pelo idioma levou à composição de diversas obras, como a gramática do amazonense Pedro Luís Simpson, cuja primeira edição é de 1877, e o dicionário do conde italiano Ermanno Stradelli, publicado em 1929. Além disso, nessa época, viajantes coletaram e traduziram a literatura oral que era transmitida em nheengatu, publicando-a em obras bilíngues (nheengatu-português). Foi isso que fizeram o General Couto de Magalhães (autor de *O Selvagem*, publicado em 1876), o botânico João Barbosa Rodrigues (autor de *Poranduba Amazonense*, de 1890), o seringalista Antônio Brandão de Amorim (autor de *Lendas em Nheengatu e em Português*, publicadas em 1926). Essas obras marcaram uma época e influenciaram a literatura brasileira, servindo como inspiração para o movimento modernista brasileiro, não só pela linguagem, mas também pelos enredos. Escritores como Mário de Andrade e Raul Bopp foram influenciados por essas obras. Guimarães Rosa também foi influenciado pelos registros em nheengatu em suas traduções, o que é mais patente na elaboração linguística do conto *Meu tio o Iauaretê*. Villa-Lobos musicou lendas que Couto de Magalhães escreveu em nheengatu.

Assim, ao mesmo tempo em que perdia falantes e desaparecia de imensas áreas da Amazônia, a língua geral enriquecia-se e ganhava gramática, dicionário e literatura. Percebia-se um fato fundamental: que o nheengatu, para sobreviver, deveria deixar de ser uma língua de tradição oral e tornar-se uma língua de tradição escrita. Foi isso que Simpson deixou explícito quando, na condição de deputado da Província do Amazonas, recepcionou o imperador Pedro II, que, em 5 de abril de 1876, visitava o Grão-Pará, dirigindo-se aos Estados Unidos. Por ocasião de sua passagem por Belém, este foi saudado por uma comissão de políticos. Nessa ocasião, Simpson ofertou a D. Pedro II os originais de sua *Grammatica e Dictionario da Lingua Brasilica Geral*, pedindo ao monarca que patrocinasse sua publicação. No discurso feito para D. Pedro II, reproduzido na introdução de sua gramática, Simpson afirmava: “*Esta língua vernácula que estava quase morta e perdida e a cujo estudo me dediquei como verdadeiro patriota, a fim de descobrir seus segredos, acha-se felizmente restabelecida por mim*” (SIMPSON, 1926, p. V).

É notória, com base nessas palavras, a intenção do seu autor: revitalizar a língua e evitar seu desaparecimento, compondo uma gramática dela.

Se Simpson acreditava que “restabeleceria” a língua, escrevendo sua gramática, já era menor a pretensão de Barbosa Rodrigues. Cientista renomado, diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre 1890 a 1909, publicou uma coletânea de lendas e mitos amazônicos, que coligiu quando participou em 1872-1875 de uma missão científica à Amazônia, patrocinada pelo governo imperial. Assim, ele presenciou o início do Ciclo da Borracha e pôde observar a decadência da língua geral, sobre a qual fez os seguintes comentários:

Há muito que dois motivos me levaram a colher e reunir essas flores da imaginação de um povo ainda no seu estado primitivo e que medravam solitárias num e noutro ponto, conservadas ainda apesar da invasão civilizadora: um para que completamente não desapareçam e mostrem o estado intelectual da raça, outro para fazer ver como a antiga língua geral se tem modificado e como é ela hoje falada. (RODRIGUES, 1890, p. II).

Barbosa Rodrigues, como outros autores de sua época, acreditava também na necessidade de tornar o nheengatu uma língua de tradição escrita, única possibilidade de se evitar seu desaparecimento.

Apesar de não terem conseguido impedir a morte do nheengatu da maior parte da Amazônia, as obras dos autores acima citados são um rico repositório de informações linguísticas, fundamental para qualquer tentativa atual de revitalização da língua geral.

4 O nheengatu nos dias atuais

Atualmente, os falantes de nheengatu concentram-se principalmente no Vale do Rio Negro, onde, originalmente, não se falava nenhuma língua de base tupi, e notadamente em regiões de seu alto curso, onde há cerca de 6 mil falantes, espalhados no Brasil (na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”), na Venezuela e na Colômbia. Também se nota em outras regiões da Amazônia, em número bem mais reduzido, a presença de alguns falantes, como no Baixo Rio Madeira e nos rios Andirá e Maráu, na região do Médio Amazonas (ÁVILA, 2016, p. 20).

O nheengatu, também falado em núcleos urbanos (São Gabriel da Cachoeira, Santa Izabel do Rio Negro – AM), tem sua predominância em comunidades às margens do Rio Negro, lugares em que o português é a segunda língua de muitos falantes. Desde 2002, pela lei 145/2002, juntamente com as línguas tukano e baniwa¹, é idioma cooficial, junto ao português, no município de São Gabriel da Cachoeira² – AM.

No entanto, a oficialização dessas três línguas, até o presente momento, aconteceu mais num plano simbólico que prático. O fato de essas línguas não ocuparem o mesmo espaço da língua portuguesa nas repartições públicas (visto que os documentos municipais ainda não foram traduzidos para elas) e de serem ensinadas em poucas escolas públicas da cidade corrobora o que foi dito.

O nheengatu, ainda que presente nos currículos de poucas escolas do núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira, é ensinado com maior frequência em comunidades às margens do Rio Negro, as quais integram a área do mesmo município. Na cidade, o seu ensino assemelha-se ao de uma língua estrangeira, visto que compõe um quadro de disciplinas que são ministradas em português. Em muitas comunidades, diferentemente, o nheengatu, sobretudo nos primeiros anos de alfabetização, é a língua em que todo o conteúdo escolar é transmitido, e, nesses ambientes, é o ensino da língua portuguesa que se assemelha ao de uma língua estrangeira.

No entanto, isso não vale como regra, pois há muitas diferenças entre as várias comunidades do Alto Rio Negro. Além disso, os professores – falantes de nheengatu ou não – que lecionam nessas comunidades trabalham, muitas vezes, em esquema de rodízio. Por exemplo, quando um professor que não é falante de nheengatu vai a uma comunidade onde este é a primeira língua de seus moradores, suas aulas são oferecidas em português. Isso ocorre, em geral, após as crianças já terem passado pelo período de alfabetização em nheengatu. Assim, na maioria dessas escolas, o ensino do português se dá após o ensino do nheengatu, ainda que em algumas comunidades, antes desse período, as crianças já tenham tido, em graus de exposição variados, algum contato com a língua portuguesa.

Nessas escolas, tanto do núcleo urbano como das comunidades do município de São Gabriel da Cachoeira, o nheengatu é ensinado com escassos recursos, carecendo tais escolas de materiais didáticos básicos, como cartilhas de alfabetização e livros infantis. O seu ensino, principalmente o da sua modalidade escrita, é muito precário. Assim, a utilização dessa

¹ Línguas faladas por índios das etnias tukano e baniwa.

² No município de São Gabriel da Cachoeira, cuja área supera o território de Portugal, 18 línguas são faladas por 23 etnias diferentes.

língua, que sobrevive desde sua formação basicamente pela oralidade, tende a se enfraquecer, pois, à medida que seus falantes passam a integrar a cultura de língua portuguesa, na qual a transmissão de informações por meio da escrita goza de prestígio, o nheengatu, por não se encontrar em condições semelhantes, perde forças e, com isso, o bilinguismo,³ tão frequente nessa região, corre o risco de, em gerações futuras, deixar de existir. Devido a isso, caso nenhuma medida seja tomada, é possível que o nheengatu continue a se enfraquecer até deixar de ser falado em toda a Amazônia.

Além disso, o nheengatu encontra-se ameaçado também por não estar atrelado ao progresso e às inovações do mundo contemporâneo. Os efeitos de uma visão historicamente construída e alimentada, que inferioriza as línguas indígenas e seus falantes em face do idioma luso (do colonizador) e à cultura europeia (que tenta impor-se), são sentidos até os dias atuais. Não é à toa que, hoje em dia, por exemplo, muitos desses falantes, principalmente os jovens citadinos, influenciados por veículos de comunicação de massa, como a televisão e, mais recentemente, a *internet*, sentem-se estimulados a utilizar mais frequentemente a língua portuguesa, uma vez que o nheengatu não integra tais espaços. Com isso, partilhando de valores e referências culturais propagados pelos grandes centros econômicos do eixo Sul-Sudeste do país e sentindo-se envergonhados de sua língua indígena e das referências culturais relacionadas a ela, esses falantes passam a rejeitar o bilinguismo, recusando sua cultura tradicional.

5 A tradução literária como uma estratégia de fortalecimento do nheengatu

Em 2007 surgiu na Universidade de São Paulo a primeira cadeira universitária de nheengatu no Brasil. No programa de pós-graduação em Estudos da Tradução da USP, o nheengatu foi incluído em 2012. Traduções literárias foram feitas por pós-graduandos com o fito de obter titulação acadêmica. Uma delas foi a tradução da obra de Graciliano Ramos, *A terra dos meninos pelados*, feita por Marcel Ávila em 2016. Outra foi a tradução de *Le Petit Prince*, de Saint-Exupéry, do francês para o nheengatu, concluída em 2017 por Rodrigo

³ O bilinguismo nessa região define-se basicamente pelo emprego de uma língua indígena mais a língua portuguesa. Há, contudo, devido ao contato entre falantes de diferentes línguas indígenas, pessoas que falam várias delas.

Trevisan. Está sendo preparada por Carlos Jonathan Gomes a tradução do inglês para o nheengatu do conto de Edgar Allan Poe, *The Black Cat*.

Na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) têm sido ministradas aulas de nheengatu para a formação de professores da rede pública de ensino, mas os cursos são abertos a todos os interessados. Trata-se de uma região da Amazônia onde o nheengatu não é mais falado e onde aflorou um movimento revivalista, há alguns anos, que busca a ressurreição do nheengatu como forma de fortalecer identidade indígena por parte de populações caboclas. Isso tem resultado no envolvimento heterogêneo das pessoas para com a língua, possibilitando a formação de tradutores com variadas experiências, interesses e formações: professores e jovens estudantes; missionários, políticos e poetas.

Uma das contribuições das traduções literárias para o nheengatu é em sua revitalização lexical. O aludido trabalho de tradução do livro *Terra dos Meninos Pelados*, do português para o nheengatu, incluiu uma pesquisa linguística e lexical do idioma-alvo. Paralelamente ao estudo do nheengatu tal qual é veiculado atualmente na bacia do Rio Negro⁴, foram lidas e estudadas diversas obras que registraram o tupi antigo e a língua geral amazônica de diferentes séculos. Selecionou-se, assim, um *corpus*⁵ que permitisse uma pesquisa comparativa do léxico do nheengatu registrado na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX com o do idioma atualmente falado no Alto Rio Negro e seus afluentes. Eventuais cotejos com estágios mais antigos do idioma também foram feitos quando considerados pertinentes. Essa pesquisa possibilitou a utilização de vocábulos do nheengatu que vêm caindo em desuso, sendo hoje lembrados apenas pelos falantes mais experientes, ou mesmo de termos que foram completamente esquecidos e, na maioria dos casos, substituídos por empréstimos da língua portuguesa.

A retomada de vocábulos em desuso via pesquisa lexical não teve por objetivo negar a influência da língua portuguesa no nheengatu nem anular as mudanças que o idioma sofreu no último século, mas, sim, apontar para outros possíveis caminhos. O português, sendo língua nacional, com tradição escrita e maior prestígio, exerce pressão sobre as línguas minoritárias brasileiras, o que não é diferente com relação ao nheengatu, pois, afinal, o contato entre os dois idiomas é antigo e, desde o século XIX, isso tem causado uma

⁴ Até o fim do processo de tradução, um total de seis viagens foram realizadas por Marcel Ávila para São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, entre os anos de 2011 e 2016. Durante a terceira viagem, sua permanência na região foi de quase sete meses (de agosto de 2013 a fevereiro de 2014), período oportuno para conhecer muitos falantes de nheengatu e desenvolver fluência no idioma.

⁵ Para saber que obras compuseram esse *corpus*, cf. 2.1. As fontes escritas da LGA (ÁVILA, 2016, pp. 44-55).

diminuição acelerada no seu número de falantes. O linguista Hildo Honório do Couto, ao tratar do processo de obsolescência e morte de línguas, descreve de forma genérica uma situação de contato, que espelha, em parte, o caso particular das línguas portuguesa e nheengatu:

A obsolescência (e a morte) de língua é mais uma consequência do contato de línguas, resultado de deslocamentos de povos e respectivos idiomas. Elas têm a ver com o contato, em dois sentidos. Primeiro, a atrição da Língua1 com uma Língua2 mais poderosa ou dominante. Segundo, e em consequência disso, o fato de os falantes da Língua1 deixarem de usá-la, por pressão da Língua2 dominante. Afora isso, uma língua pode desaparecer devido ao desaparecimento da população que a fala (COUTO, 2009, p. 83).

No município de São Gabriel da Cachoeira, percebe-se uma situação complexa quanto à competência linguística dos falantes das várias línguas indígenas ali existentes: muitos compreendem um idioma, mas não são capazes de falá-lo; a fluência nos idiomas é muito diversa, e os mais jovens, sobretudo, recorrem constantemente a empréstimos da língua portuguesa; vocábulos ainda conhecidos pelos mais velhos são desconhecidos pela maioria dos jovens, o que aponta para um processo de perda do vocabulário tradicional dos idiomas. Na sede urbana do município e na maioria das comunidades localizadas à jusante da cidade, incluindo-se o território dos demais municípios banhados pelo Rio Negro, a situação é ainda mais crítica, pois a maioria das crianças já é monolíngue em português.

A perda do vocabulário tradicional, a excessiva utilização de empréstimos da língua portuguesa e as dificuldades na transmissão do idioma para as crianças são claros sintomas de um processo de obsolescência da língua, cuja evolução poderia levar à “morte” do idioma, processo conhecido como glototanásia:

(...) Alguns autores afirmam que, primeiro, a língua perde léxico, depois vem uma grande quantidade de empréstimos, seguidos de traços gramaticais da L2. Geralmente, isso é seguido de uma simplificação estrutural, sendo que os traços que se perdem não são substituídos. Por fim, quando a transmissão dessa L1 às crianças é interrompida, temos o termo do processo, a glototanásia. O processo gradual de perda de domínios de uso, de falantes e de material linguístico é chamado de **atrição** (attrition) (COUTO, 2009, p. 85, grifos do autor).

Com o processo de popularização da escrita nos idiomas indígenas, que apenas se inicia, vemos que, entre muitos falantes, a seleção mais criteriosa do vocabulário dos textos – típica da elaboração escrita – converge para a busca de termos tradicionalmente ligados a

essas línguas, buscando-se mais autonomia com relação aos empréstimos do português. Podemos exemplificar essa situação com o testemunho contido na apresentação do trabalho *Escola Kariamã conta umbuesá* (BITENCOURT *et al.*, 2015), que reúne a reelaboração escrita de narrativas orais em nheengatu, com suas traduções para a língua portuguesa, feitas por educadores da comunidade de Assunção do Içana, localizada às margens desse importante afluente do Rio Negro. Eles afirmam que, no processo de recriação escrita das lendas narradas em nheengatu, “quando o narrador falava palavras em português, rapidamente transformávamos a palavra para uma correspondente na língua” (BITENCOURT *et al.*, 2015, p. 14).

O pouco costume em lidar com a variante escrita do nheengatu faz que os próprios falantes do idioma tenham, frequentemente, menos dificuldade de ler e escrever em português que em sua língua materna. Portanto, o material escrito em língua geral não cumpre exatamente a função de facilitar o acesso do texto a seus falantes, mas, sim, a de iniciar o desenvolvimento de uma variante escrita do idioma, não só habilitando-o a ser veiculado em meios e contextos até então pouco atingidos pela língua, mas também possibilitando um tratamento mais cuidadoso para com ela, ou seja, um estudo de suas possibilidades sintáticas e morfológicas e, sobretudo, de seu vocabulário, que permita uma maior autonomia do nheengatu em relação à língua portuguesa:

O processo de escrita das histórias por nós educadores foi um desafio, principalmente na língua nheengatu. Em português, nós já estamos mais acostumados. O próprio narrador usava muitos empréstimos do português. A tradução de algumas palavras, do português para o nheengatu é muito difícil e envolveu pesquisa, um colega perguntando para o outro e debatendo (BITENCOURT *et al.*, 2015, p. 14).

O desenvolvimento de uma literatura em nheengatu pode fomentar estudos sobre o idioma, permitindo que muitos termos atualmente em desuso sejam reincorporados ao vocabulário de seus falantes. A pressão da língua portuguesa é tão forte que, tanto as palavras referentes a conceitos ou a objetos alheios ao contexto amazônico quanto os vocábulos que nomeiam o que está tradicionalmente circunscrito ao universo cotidiano das populações indígenas e ribeirinhas daquela região têm sido tomados como empréstimos do português por falantes do nheengatu. Com isso, seus respectivos nomes em nheengatu são esquecidos por muitos:

“Muitas palavras não são mais usadas e, quando escrevemos coletivamente, aprendemos juntos muitos termos que alguns não conheciam na própria língua que falamos, como, por exemplo, iwikuim (areia/praias) ou ipawa (lago)” (BITENCOURT *et al.*, 2015, p. 14).

O reaprendizado do léxico que se vinha perdendo pode ter reflexos importantes no que concerne à autoestima dos falantes e à consequente sobrevivência do idioma:

[...] Tradicionalmente, os linguistas têm considerado a perda lexical como o principal signo de decadência de uma língua. Embora isso não seja inteiramente verdadeiro, não deixa de fazer certo sentido. Com efeito, perder grande parte do léxico, mesmo mantendo a gramática, vai em direção à falta de autoestima dos falantes e, conseqüentemente, de atrição da língua [...] (COUTO, 2009, p. 88).

Para o trabalho de pesquisa lexical e fortalecimento linguístico, associado ao desenvolvimento literário do nheengatu, podem ser de grande auxílio os registros antigos do idioma. Ao contrário da maioria das línguas indígenas do Rio Negro, que vêm sendo descritas e dicionarizadas apenas de meados do século XX em diante, o nheengatu conta, como já se mostrou anteriormente, com gramáticas, coleções de frases, vocabulários, transcrições de narrativas e materiais traduzidos do português e publicados desde meados do século XIX, sem contar os registros de fases anteriores da língua geral amazônica. Esse importante acervo, ainda pouco conhecido pelos atuais falantes do nheengatu, viabiliza estudos aprofundados do idioma e o esclarecimento do significado de palavras hoje pouco usadas, às vezes de sentido dúbio ou obscuro para os falantes contemporâneos, ou mesmo a retomada de vocábulos completamente esquecidos pela tradição oral.

Para ilustrar a utilidade da literatura antiga do nheengatu no estudo aprofundado da língua e na retomada de termos que vêm sendo esquecidos pela cultura oral, relata-se aqui brevemente um diálogo entretido com a Prof.^a Celina Menezes da Cruz sobre o verbo *pitimú*. A professora, de 58 anos (em 2014), natural de São Gabriel da Cachoeira e falante do nheengatu, foi uma importante colaboradora na elaboração do trabalho de Marcel Ávila, com quem travou longos diálogos a respeito do nheengatu contemporâneo e sobre suas memórias da fala dos “antigos”. Ao perceber que se encontravam nos livros informações sobre antigas palavras do nheengatu – pois ela era indagada sobre muitos termos que ouviu apenas quando menina ou, então, que escutou dos lábios de falantes muito idosos –, a professora também passou a questioná-

lo sobre palavras que lhe causavam dúvida. Em certa ocasião, sem que se houvesse jamais questionado sobre certa palavra, a Prof.^a Celina perguntou a Marcel Ávila sobre o significado do verbo *pitimú* (ou *pitimũ*), que ela se lembrava de ter ouvido, quando pequena, na fala de sua finada avó. Ela recordava-se de ter ouvido esse verbo em certos contextos específicos, como quando sua avó mandava que ela e sua irmã fossem dormir, dizendo algo como:

Pesú pekiri! Peyupitimú!

Vão Dormir! “*Peyupitimú*”⁶!

Talvez por ter ouvido o verbo *pitimú* nesse mesmo contexto em repetidas ocasiões, a professora intuía que seu significado ligava-se à ideia de “adormecer” ou “fazer dormir”:

Pesú pekiri! Peyupitimú! (Vão Dormir! Adormeçam!).

Essa interpretação era reforçada pela lembrança de outra situação típica, na qual sua avó proferia o mesmo verbo, qual seja, quando um bebê ou criança pequena punha-se a chorar:

Repitimú nhaã táina! Aé uyaxiú uikú.

“*Repitimú*”⁷ aquela criança! Ela está chorando.

A Prof.^a Celina Cruz não tinha certeza sobre o significado exato do verbo *pitimú*, mas interpretava a sentença acima como:

“Adormeça aquela criança! Ela está chorando”.

O verbo *pitimú* é recorrente na literatura antiga do nheengatu, tendo sido registrado por vários autores, com diferentes ortografias. A pesquisa desse tema verbal em diferentes obras permitiu-nos certificar o sentido desse verbo:

Tabela 1 – Registros antigos do verbo *pitimú* com os significados atribuídos por seus autores

AUTOR	OCORRÊNCIA	SIGNIFICADO
Hartt (1938, p. 352) ⁸	<i>Putumú</i>	ajudar
Simpson (1955, p. 117)	<i>Petémú</i>	ajudar

⁶ *pe-* [pref. 2ª pess. do pl. indicativo ou imperativo] + *yu-* [pron. reflexivo ou recíproco] + *pitimú*

⁷ *re-* [pref. 2ª pess. do sing. indicativo ou imperativo] + *pitimú*

⁸ Os registros indicados na tabela 1 servem como exemplificação de uma ou mais ocorrências do termo nas obras dos respectivos autores, mas não indicam, necessariamente, as únicas ocorrências desses vocábulos em tais obras.

Rodrigues (1890)	<i>petemu</i> (pp. 72, 169)	ajudar
	<i>petemui</i> (p. 329)	ajudar
Aguiar (1898, p. 45)	<i>Pitümü</i>	aliviar
	<i>pitimun</i> (p. 157)	ajudar
Stradelli (2014)	<i>pytumun</i> (p. 470) ⁹	auxiliar, ajudar
Amorim (1987, p. 162)	<i>Pytymu</i>	ajudar
Costa (1909, p. 204)	<i>Pitimú</i>	auxiliar, ajudar
Tastevin (1923, p. 652)	<i>Pitümu</i>	ajudar, socorrer

Como vemos na Tabela 1, o verbo *pitimú* – do tupi antigo *pytybõ* (ajudar, auxiliar) (NAVARRO, 2013, p. 421) – liga-se aos sentidos de “ajudar”, “auxiliar”, “socorrer”, o que permite reinterpretarmos as frases lembradas pela Prof.^a Celina Cruz:

Pesú pekiri! Peyupitimú! Vão Dormir! Ajudem-se¹⁰!

Repitimú nhaã taína! Aé uyaxiú uikú.

Socorra aquela criança! Ela está chorando.

O verbo *pitimú* caiu em desuso, não sendo mais empregado entre os falantes de nheengatu do Alto Rio Negro, que, para expressar seus significados, utilizam empréstimos do português, como o verbo *ajudari* (ou *wajudari*). Os registros antigos da língua possibilitam, contudo, a recuperação de termos pouco veiculados ou, mesmo, a de alguns completamente esquecidos, o que pode servir ao enriquecimento lexical do nheengatu. Na realidade, tal como *pitimú*, muitos vocábulos aparentemente olvidados por completo entre os falantes do Rio Negro persistem como vagas reminiscências nas memórias de alguns poucos.

⁹ Na seção nheengatu-português de seu *Vocabulário*, Stradelli traduz todos os temas verbais tupis por formas de participípio, anotando, portanto, no verbete *pytumun* os termos “auxiliado” e “ajudado”.

¹⁰ A avó, ao que parece, orientava as netas para que auxiliassem umas às outras nos preparativos para dormir: trocar as roupas necessárias, atar as redes etc.

Para citar outros verbos em desuso, mas presentes nas fontes escritas, arrolam-se: *kamundú* (caçar); *pusanũ* (medicar, tratar; curar); *wawaka* (andar à roda; redemoinhar); *kwatiári* (desenhar, pintar); *xipiá* ou *xipiáka* (ver); *sanhana* (juntar, coligir); *sikisemu* (cercar); *pisirú* (salvar, defender, livrar); *pusú* (respeitar); *mueté* (adorar, venerar, honrar); *yatiká* (fincar); *yururéu* (pedir, rogar) etc. Nem todos esses verbos foram esquecidos por completo e nem todos são sistematicamente substituídos por empréstimos da língua portuguesa, mas sua utilização, quando ainda existente, é bem limitada. Quanto aos nomes, citemos apenas alguns substantivos entre aqueles que, em desuso, vêm sendo substituídos por empréstimos da língua portuguesa: *yasitatá* (estrela); *induí* (pilão); *ipeka* (pato); *yawewira* ou *yawawira* (raia); *saíwa* / *raíwa* (queixo); *ipawa* (lago); *iwikuí* (areia, praia); *marakatĩ* (barco; navio); *itapekú* (alavanca; barra de ferro); *itaxama* (corrente); *itainimbú* (arame); *sesá-waruí* / *resá-waruí* (óculos); *í* (vez) etc.

O estudo desse léxico e sua utilização numa emergente literatura pode revitalizá-lo.

5.1 Empréstimos da língua portuguesa: algumas distinções

A língua geral amazônica esteve em permanente contato com o idioma português, o que resultou em inúmeras influências desta língua românica naquele idioma, em nível morfológico, fonológico, sintático ou semântico. Os registros antigos do nheengatu, ou mesmo da língua geral amazônica do século XVIII, mostram que o vocabulário do idioma já contava com empréstimos do português. A maioria, no entanto, fazia referência a elementos alheios ao contexto natural ou cultural da Amazônia colonial e os empréstimos costumavam sofrer alterações que os adaptavam ao sistema fonológico da língua geral. Atualmente, devido à grande pressão exercida pela língua portuguesa, os falantes do nheengatu recorrem frequentemente ao vocabulário português, mesmo que tal fenômeno ocorra com diversas gradações. Variando de um falante para outro e dependendo do contexto e do assunto tratado, ouve-se virtualmente qualquer palavra da língua portuguesa em meio a um discurso em nheengatu. Os falantes bilíngues em nheengatu e português, logicamente, recorrem com mais frequência aos empréstimos e muitos jovens já não conhecem vocabulários básicos do idioma

materno, utilizando exclusivamente seus correspondentes portugueses. A linguista Françoise Grenand já tinha notado isso há mais de 25 anos:

Hoje, a língua geral tem de lutar cada dia, desesperadamente, contra a influência cautelosa, mas eficaz do português. O Sr. Epaminondas, já bem idoso (mais de 70 anos), tem muito menos empréstimos novos no seu falar do que o Sr. Marcelino (40 anos). O primeiro continua a empregar [a] palavra **tetama**, enquanto o segundo só vai dizer “cidade” (GRENAND; FERREIRA, 1989, p. XIII, grifo do autor).

Na tradução da obra *Terra dos Meninos Pelados*, de Graciliano Ramos, para o nheengatu, evitou-se a utilização excessiva de empréstimos do português, mas essa solução tradutória não foi inteiramente descartada. Entre os empréstimos utilizados na tradução, a grande maioria compõe-se de termos tomados ao português há mais de um século, fazendo já parte, portanto, de um vocabulário integrado à tradição da língua. Os registros da língua geral amazônica permitiram um estudo mais detido sobre a utilização desses empréstimos de longa data, possibilitando a comprovação da antiga integração desses termos ao léxico do nheengatu e a distinção de tais palavras frente a outros empréstimos que concorrem atualmente com vocábulos mais tradicionais de origem tupi.

Grosso modo, os empréstimos mais antigos são de uso mais generalizado entre os falantes do nheengatu e muitos nem são mais percebidos por estes como empréstimos, mas alguns também vêm caindo em desuso e sendo substituídos pelos equivalentes portugueses sem adaptação fonética. Alguns exemplos de substantivos são: *kindara* (quintal); *surara* (soldado); *kurara* (curral, cerca, viveiro); *marika* (barriga); *pixana* (gato, de “bichano”); *kamixá* (camisa); *kurusá* (cruz); *saurú* (sábado) *papera* (papel, carta, livro); *xirura* (calça, de “ceroula”); *makaka* (macaco); *kuyera* (colher); *sapatú* (sapato); *panera* (panela); *paya* (pai); *manha* (mãe); *xapewa* (chapéu); *yandara* (meio-dia, do português “jantar”); *xiringa* (seringa, borracha); *buxu* (bucho, tripas, entranhas; parte interior); *kamarara* (camarada, amigo); *kunhara* (cunhada); *kampina* (campina, campo); *kaxiwera* (cachoeira); *kawarú* (cavalo); *muratu* ou *muratú* (mulato); *pana* ou *panu* (pano, tecido); *paratu* ou *paratú* (prato); *tambura* ou *tamura* (tambor).

6 Conclusão

Há séculos a língua geral amazônica toma empréstimos lexicais do português e essa situação não vai nem deve ser totalmente interrompida, mas é fato que, para a sobrevivência e revitalização da língua, é necessário que se diversifiquem suas fontes lexicais. Procurou-se mostrar que um caminho interessante é a revitalização de léxicos tradicionais em desuso, o que pode ser facilitado pelo cotejo entre os diversos registros da língua e o conhecimento dos falantes atuais. As experiências com a escrita em nheengatu, por sua vez, que, com a ajuda de traduções, podem culminar na gênese de um sistema literário no idioma, proporcionam contextos de estudo e escolha criteriosa do léxico, terreno fértil para a retomada e divulgação dos termos obliterados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. *Doutrina cristã destinada aos naturaes do amazonas em nhihingatu (com tradução portugueza em face)*. Petrópolis: Pap. e Tip. PACHECO, SILVA & C., 1898.

AMORIM, A.B.de. *Lendas em nheengatu e em português*. 2ª edição. Manaus: Fundo Editorial; Associação Comercial do Amazonas, 1987.

ÁVILA, M.T. *Estudo e prática da tradução da obra infantil A terra dos meninos pelados, de Graciliano Ramos, do português para o nheengatu*. 2016. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. 199fs. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BETTENDORFF, J. F. *Doutrina cristã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, [...] traduzida em lingoa geral e irregular, e vulgar uzada nestes tempos*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, ms. 1089.

BITENCOURT, A. C. *et al.* Escola Kariamã conta umbuesá. *LEETRA Indígena*. São Paulo, n. 17, v. 1, Edição Especial, 2015.

COSTA, F. *Carta pastoral de D. Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos*. Ceará: Typ. Minerva, 1909.

COUTO, H. H. do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

FREIRE, J.R.B. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTT, C. F. Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 51, pp. 305-390, 1938.

MAGALHÃES, J. V. C. de. *O Selvagem*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp;Itatiaia, 1975. [1876].

NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013.

NEBRIJA, E. A. de, *Gramática de la Lengua Castellana*. Madrid: Instituto de Cooperación Ibero-Americana, 1992.

RODRIGUES, J. B. *Poranduba amazonense*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & filhos, 1890.

STRADELLI, E. *Vocabulário português-nheengatu, nheengatu-português*. Cotia: Ateliê Editorial, 2014 [1929].

SIMPSON, P. L. *Gramática da língua brasileira: brasílica, tupi ou nheengatu*. 3ªed. Rio de Janeiro. Impressores Fernandes, Neiva & C., 1926 [1877].

TASTEVIN, C. *Grammatica da lingua tupy*. São Paulo: Officinas do Diario Official, 1923 [Separata do Tomo XIII da Revista do Museu Paulista].

VIEIRA, A. *Sermão do Espírito Santo*. In tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.

Recebimento: 20/07/2017

Aceite: 31/10/2017